



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UMA RELEITURA DAS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE
APÓS A REGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA ADVINDA DA CRISE DE 1929**

JANEIDE FRANCO DE SOUZA

**MONTEIRO/PB
2022**

JANEIDE FRANCO DE SOUZA

UMA RELEITURA DAS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE APÓS
A REGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA ADVINDA DA CRISE DE 1929

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis pelo curso de Ciências Contábeis, da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, *Campus*
VI, Monteiro – PB.

Orientador: Prof. MSC. Ismael Gomes Barreto.

MONTEIRO/PB
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725r Souza, Janeide Franco de.
Uma releitura das mudanças históricas na contabilidade após a regulamentação financeira advinda da crise de 1929 [manuscrito] / Janeide Franco de Souza. - 2022.
28 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2022.
"Orientação : Prof. Me. Ismael Gomes Barreto ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."
1. Grande Depressão. 2. Regulamentação financeira. 3.
Crise de 1929. I. Título
21. ed. CDD 657

JANEIDE FRANCO DE SOUZA

UMA RELEITURA DAS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE APÓS
A REGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA ADVINDA DA CRISE DE 1929

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Contabilidade – DECON, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus VI, Monteiro – PB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira.

Aprovada em: 24 / 03 /2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. MSC. Ismael Gomes Barreto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. MSC. José Humberto Do Nascimento Cruz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. MSC. Bruno Rodrigues Cabral
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais: Pedro Franco e Maria de Lourdes (*in memoriam*), cujo empenho em me educar sempre veio em primeiro lugar. Aqui estão os resultados dos seus esforços. Com muita gratidão.

AGRADECIMENTOS

Até a finalização de um trabalho de conclusão de curso, foi necessário passar por diversas barreiras e desafios. No entanto, concluir um curso superior é uma conquista somente alcançada com pessoas especiais que fizeram parte desta caminhada.

Primeiramente, agradeço a Deus, que me deu todo suporte nesse período da minha vida, fez-me aprofundar em Seu conhecimento através das dificuldades enfrentadas, carregou-me em seus braços quando eu estava sem forças para continuar. Vi claramente Seu poder operar em mim nos momentos sombrios desta caminhada.

Expresso minha eterna gratidão ao meu esposo, Eduardo Torreão, pela paciência e compreensão das ausências. Ele, em muitos momentos, ouviu meus desabafos e compreendeu minhas dificuldades durante esses anos.

Ao meu filho, Luiz Eduardo, o maior presente que Deus me deu na terra. Ele foi de fundamental importância para essa conquista, foi minha motivação e inspiração constantes em todos os momentos deste período, além de me ajudar na construção deste trabalho. Muito obrigada por todo amor, carinho e companheirismo, filho.

Agradeço aos meus pais, Pedro Franco e Lourdes Souza (*in memoriam*), pelos ensinamentos que deram a mim e aos meus irmãos, Maria das Graças, Maria José, Marizete, Margarethe, Marines, Marineide, Janete, Jandilene, Deiulza, Anchieta, Petruce, Pedro, Paulo e Petrônio, tornando-nos pessoas responsáveis, honestas e justas.

Agradeço às pessoas que surgiram durante a caminhada da vida acadêmica, em especial à amizade de Rita de Cássia, José Cleto e Camila Lopes, pelo companheirismo, desafios, angústias, aflições e cansaço enfrentados juntos, bem como pelo apoio e conselhos, que fizeram com que meus dias fossem mais felizes e motivados.

Não poderia deixar de agradecer à minha amiga Alinne Cristina Santos Marques, que não cursou a graduação comigo, mas, esteve presente na conclusão do meu TCC, incentivando-me e compartilhando seus conhecimentos comigo. Isso fez toda a diferença. Obrigada por sempre me ouvir e me socorrer.

Ao meu orientador, Prof. Ismael Gomes Barreto, um excelente profissional, que me orientou com muita paciência e competência. Se não fosse tamanha dedicação, não teria concluído esse trabalho. Meu muitíssimo obrigada!

Aos professores da Universidade Estadual da Paraíba (Campus VI, Monteiro), em especial do departamento de Ciências Contábeis, sempre aptos a compartilhar seus conhecimentos.

À todos os meus colegas de graduação.

À banca examinadora, prof. Bruno Rodrigues e prof. José Humberto. Muito obrigada por aceitarem a participar deste momento tão importante na minha vida.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Estados Unidos – Indicadores econômicos selecionados (1929-1941).....	11
Quadro 1: Os cinco princípios de May.....	15

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA – Associação dos Contadores Americanos (American Accounting Association)

AIA – Instituto de Contadores Norte-americanos (Accounting Institute American)

EUA – Estados Unidos da América

FASB – Financial Accounting Standards Board

GSA – Lei Glass Steagall

ISAR – International Standards Accounting Report

NRA – National Recovery and Administration

NASD – National Association of Securities Dealers

ONU – Organização das Nações Unidas **SEC** – Securities and Exchange Commission

PIB – Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	4
2.1 A Primeira Guerra Mundial: impasses e consequências econômicas.....	4
2.2 Cenário contábil após a crise de 29: transição de paradigmas.....	6
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
	Erro! Indicador não definido.
4 ANÁLISE HISTÓRICA DOS DADOS	10
4.1 Mercado financeiro na década de 1920.....	10
4.2 Regulamentação financeira e mecanismos de combate à crise.....	13
4.3 Mudanças históricas na contabilidade após a regulamentação financeira.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

UMA RELEITURA DAS MUDANÇAS HISTÓRICAS NA CONTABILIDADE APÓS A REGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA ADVINDA DA CRISE DE 1929

RESUMO

A Grande Depressão ocorreu em 1929 através da soma de um conjunto de fatores, entre os quais, destacam-se: a imigração de muitos europeus para as terras norte-americanas em busca de um novo futuro, o fim da Primeira Guerra Mundial, a superprodução de mercadorias, o modelo de economia liberalista, a má distribuição de renda, a desvalorização das empresas norte-americanas, entre outros. Diante desse cenário histórico, no qual a economia americana sofria com um desequilíbrio entre produção (elevada) e consumo (reduzido), a presente pesquisa objetiva compreender as mudanças ocorridas nas demonstrações contábeis após a regulamentação financeira advinda da crise de 1929. Já como objetivos específicos: 1) Comparar cenários contábeis antes e após a primeira guerra mundial; 2) Analisar as mudanças regulamentadoras no mercado financeiro em decorrência da crise de 1929; e 3) entender as mudanças nos demonstrativos contábeis no período anterior e posterior à crise de 1929. Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e natureza descritiva. Os resultados apontam para uma mudança de paradigmas econômicos após a crise, na qual o país transitou do modelo liberalista para o intervencionista. Tal mudança possibilitou a intervenção direta do Estado a partir do Plano *New Deal*. Além das ações governamentais, os contadores da época agiram em busca de combater a crise, estabelecendo princípios e regras para os procedimentos contábeis. Conclui-se que as ações realizadas pelo Estado, bem como pelos contadores foram relevantes não só para conter a crise financeira da época, mas para estabelecer mundialmente um sistema financeiro seguro e fixo, de modo a evitar possíveis crises futuras.

Palavras-chave: Crise de 1929. Grande Depressão. Regulamentação Financeira.

ABSTRACT

The Great Depression occurred in 1929 through the sum of a set of factors, among which, the following stand out: the immigration of many Europeans to North American lands in search of a new future, the end of the First World War, the overproduction of goods, the liberal economy model, the bad distribution of income, the devaluation of North American companies, among others. Given this historical scenario, in which the American economy suffered from an imbalance between (high) production and (low) consumption, the present research aims to understand the changes that occurred in the financial statements after the financial regulation arising from the 1929 crisis. : 1) Compare accounting scenarios before and after the first world war; 2) Analyze the regulatory changes in the financial market as a result of the 1929 crisis; and 3) understand the changes in the financial statements in the period before and after the 1929 crisis. Methodologically, a bibliographic research is developed, with a qualitative approach and descriptive nature. The results point to a change in economic paradigms after the crisis, in which the country transitioned from the liberal to the interventionist model. This change made possible the direct intervention of the State from the New Deal Plan. In addition to government actions, accountants at the time acted in an attempt to combat the crisis, establishing principles and rules for accounting procedures. It is concluded that the actions carried out by the State, as well as by the accountants, were relevant not only to contain the financial crisis of the time, but to

establish a secure and fixed financial system worldwide, in order to avoid possible future crises.

Keywords: Crisis of 1929. Great Depression. Financial Regulation.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1920 foi marcada por um grande desenvolvimento econômico e financeiro nos Estados Unidos em decorrência do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O conflito armado deixou a Europa em estado de guerra total e consequente devastação, fatos que impulsionaram o mercado norte-americano a atuar diretamente no reabastecimento e restabelecimento das nações europeias (GAZIER, 2009). Não obstante, após a reestruturação do continente europeu, os Estados Unidos continuaram a produzir, por meio do setor agropecuário e industrial, a mesma quantidade de mercadorias, sem realizar uma análise da atual demanda. Tal superprodução ocasionou o intitulado “efeito dominó da Grande Crise de 29”, que é marcado pela subsequente estagnação de produtos, desemprego e queda na bolsa de valores.

A partir desse cenário, a Grande Depressão pode ser compreendida através da soma de um conjunto de fatores, entre os quais, destacam-se: a imigração de muitos europeus para as terras norte-americanas em busca de um novo futuro, o fim da Primeira Guerra Mundial, a superprodução de mercadorias, o modelo de economia liberalista, a má distribuição de renda, a desvalorização das empresas norte-americanas, a popularização de novas tecnologias, a reconstrução dos países europeus, a insegurança dos investidores, a concentração de riquezas e a utopia do ideal de vida americano (SANT’ANNA, 2014). Nesse contexto, percebe-se que, além das crises econômica, social e humanitária, os Estados Unidos sofriam com a falta de gestão financeira e contábil.

Na época, vigorava a Teoria Liberalista, modelo econômico no qual o governo não regulava, nem tinha controle sobre o mercado, de modo que os investidores e as empresas eram regidos de acordo com suas próprias normas e interesses. Diante disso, observa-se que a economia norte-americana na década de 1920 era caracterizada por um clima de euforia, no qual havia a crescente valorização dos mercados imobiliário e acionário, mas sem qualquer regra de regulação financeira, tampouco um sistema de crédito eficiente (MENDONÇA; GALVÃO; LOURES, 2011). Em virtude dessa ausência de regulação padronizada nas práticas contábeis e do rigor metodológico nas transações realizadas,

começaram a surgir as primeiras “bolhas” financeiras nesta economia, as quais impulsionaram o *crash* da bolsa, em 1929.

Articulado a esses fatores, também não havia uma literatura contábil especializada que pudesse orientar e conduzir financeiramente a gestão contábil e a população norte-americana, com exceção apenas do periódico *Journal of Accountacy*, que discutia teorias e conceitos da contabilidade. Logo, é perceptível que as pessoas e as próprias empresas desconheciam a magnitude do problema, uma vez que não tinham acesso às informações sobre o sistema financeiro do qual faziam parte.

Em virtude dessa situação, foi criado pelo Instituto Americano de Contadores (AIA) um comitê para discutir propostas para a uniformização dos procedimentos contábeis, em 1933 (LOPES, 2005). Nesse sentido, o comitê elaborou cinco princípios a serem observados pelas companhias, os quais regeriam as negociações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, com o objetivo de que “as empresas elaborassem uma declaração com os métodos utilizados nas suas demonstrações financeiras e que seus diretores os seguissem fielmente” (LOPES, 2005, p.35). Vale ressaltar que, além da divulgação e transparência nas informações, também intencionava-se verificar se as empresas aplicariam os métodos e procedimentos padrões da contabilidade.

Nesse panorama, percebe-se que a obrigatoriedade dos procedimentos e normas contábeis padronizados auxiliou na superação de uma das maiores crises financeiras do mundo, como também inspirou outros países a fazerem o mesmo. Diante de tal relevância da padronização contábil após a crise financeira de 1929, surge o seguinte questionamento: quais as mudanças históricas destacam-se na contabilidade após a regulamentação financeira advinda da crise de 1929?

Para responder a esse questionamento, delinea-se como objetivo geral: compreender as mudanças ocorridas na contabilidade após a regulamentação financeira advinda da crise de 1929. Já como objetivos específicos: 1) comparar cenários contábeis antes e após a primeira guerra mundial; 2) analisar as mudanças regulamentadoras no mercado financeiro em decorrência da crise de 1929; e 3) entender as mudanças nos demonstrativos contábeis no período anterior e posterior à crise de 1929.

Para atender aos objetivos traçados, esta pesquisa está organizada em cinco partes. Na primeira, referente a esta introdução, explicita-se o contexto, problemática e objetivos da pesquisa. Na segunda, apresenta-se o referencial teórico que subsidiará a análise subsequente. Na terceira, expõe-se os procedimentos metodológicos que auxiliaram no

desenvolvimento da pesquisa. Na quarta, explora-se os resultados advindos da discussão teórica dos dados. Na quinta e última parte, delinea-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nesta seção, são comentados os principais fundamentos teórico-históricos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, quais sejam: os impactos econômicos e financeiros após a Primeira Guerra Mundial, como também as diferentes mudanças nas diretrizes contábeis advindas da crise de 1929. Para uma melhor compreensão, optou-se por subdividir esta seção em duas: 2.1) Primeira guerra mundial: impasses e consequências econômicas; e 2.2) A crise de 1929: transição de paradigmas.

2.1 A Primeira Guerra Mundial: impasses e consequências econômicas

A Primeira Guerra Mundial foi um conflito político e armado de caráter global que teve como estopim para seu início o assassinato do sucessor do trono da monarquia austro-húngara e sua mulher pelo estudante sérvio Gavrilo Princip, em 28 de junho de 1914, em Sarajevo, capital da província da Bósnia-Herzegóvina. A causa da morte seria a insatisfação da Sérvia em relação à anexação da Bósnia-Herzegóvina ao território e comandos da Áustria-Hungria, no ano de 1908. Após a prisão do responsável pelo crime, a Áustria apresentou um ultimato à Sérvia, com o objetivo de que o país cedesse seu território para fins de investigação pelos austríacos. Com a negativa dos sérvios, a Áustria declara guerra contra a Sérvia e bombardeia sua capital, Belgrado. (ARARIPE, 2006).

Além desse acontecimento, que funcionou como estopim para as disputas político-históricas entre a Sérvia e a Bósnia, outros fatores contribuíram para a eclosão da Primeira Guerra Mundial, entre as quais, destacam-se: disputas imperialistas, nacionalismo exacerbado, alianças militares, corrida armamentista, questão balcânica, concorrência econômica, partilha da África e da Ásia, planejamento militar rígido, governos não unificados, disputas prévias não solucionadas, falhas nas soluções diplomáticas e o difícil sistema de alianças entre os países da Europa (MACEDO, 2019).

Nesse contexto, os países considerados grandes potências na época – Grã-Bretanha, França e Rússia – ficaram sob ameaça da ascensão da Alemanha, que, por sua vez, buscava anexar colônias ao seu território (ARARIPE, 2006). Geograficamente, a Alemanha fazia fronteira com o Império Austro-Húngaro, a qual era sua aliada desde 1879. No entanto,

devido a questões internas, tal como a diversidade étnica, ocorreu o movimento pan-eslavista, iniciado na Sérvia e apoiado pela Rússia. Paralelamente, o império Russo, sob liderança do czar Nicolau II, fazia fronteira com os impérios Alemão e Austro-Húngaro, gozando de certo grau de desenvolvimento, apesar de enfraquecido em decorrência das guerras da Criméia (1854-1856) e da Russo-Japonesa. Diante desse cenário, é possível perceber como o continente europeu estava dividido pelas disputas territoriais.

Sendo assim, as animosidades de guerras passadas, o desejo de expansão colonial e o fortalecimento econômico conduziram a Alemanha a declarar guerra à Rússia, no dia 1º de agosto de 1914 (ARARIPE, 2006). Tal declaração foi estendida também à França e à Bélgica. No entanto, a guerra foi precedida por ações político-diplomáticas entre a França e a Grã-Bretanha, as quais entraram na guerra contra a Alemanha apenas no dia 04 de agosto do mesmo ano. Logo, o estado de guerra começa a partir da invasão do território belgíco e de Luxemburgo pela Alemanha na data de 03 de agosto de 1914.

A Guerra foi oficialmente finalizada em 11 de novembro de 1918 quando o armistício foi assinado em Rothonde, na França. Findado os conflitos armados, estabeleceu-se o grande desafio em cada país de se restabelecer, tendo em vista que a guerra gera consequências negativas em todos os âmbitos da sociedade, sobretudo no econômico. De acordo com Vasconcelos (1942, p.19), “o problema da Economia na Guerra consiste em poder, na hora da suprema crise, satisfazer o complexo das necessidades criadas pela guerra com a ‘utilização de todos os remédios nacionais’”. Sendo assim, a área econômica é afetada em razão das perdas geográficas, humanas e políticas, as quais demandam ajuda supranacional, uma vez que as próprias nações não são capazes de se recuperar automaticamente sem apoio externo.

O continente europeu foi o mais atingido pelos efeitos da Primeira Grande Guerra Mundial, haja vista ter sido o território alvo da maior parte das batalhas. Conforme Sena (2021), os europeus tiveram significativas perdas materiais. Além disso, a produção industrial da Europa foi reduzida pela metade e seu potencial agrícola caiu cerca de 30% (SOUSA, 2021). Tais fatores, articulados com a dedicação de 50% do seu PIB nos esforços da guerra, deram origem à inflação no continente europeu. Ante esse cenário, os Estados Unidos, que já atuavam como o principal fornecedor de armamentos e outros materiais de guerra, como também aparelhamento tecnológico e mercadorias alimentícias durante a guerra, ofereceram um empréstimo de aproximadamente 162 bilhões de dólares ao continente europeu.

Por um lado, as economias da América e da Ásia apresentaram um expressivo desenvolvimento, sobretudo nos setores agrícola, industrial e tecnológico. Por outro, os países europeus passaram a ser economicamente dependentes dos Estados Unidos. Diante disso, os EUA ampliaram suas reservas de capital, estabelecendo-se como a maior potência econômica mundial. O crescimento de caráter extraordinário dos Estados Unidos tornou-se perceptível, principalmente, quando passaram a ser o credor das antigas grandes potências mundiais, emprestando-lhes quantias exorbitantes para financiar a economia arrasada pela Primeira Guerra.

No rol das despesas federais, ocupavam lugar de destaque os recursos liberados para patrocinar a escalada nas importações dos aliados europeus e assegurar, por essa via, a estabilidade cambial de suas respectivas moedas. O balanço final das quantias adiantadas pelo Tesouro até 1920 indicava um valor aproximado de \$9,5 bilhões, dos quais \$4,3 bilhões outorgados à Inglaterra, \$3 bilhões à França e \$1,6 bilhão à Itália (Moulton e Pasvolsky, 1932: 429). Porém, do total desses créditos, \$2,4 bilhões haviam sido concedidos no correr do primeiro semestre de 1919, aos quais adicionaram-se as transferências públicas e privadas de caráter humanitário iguais a \$1,4 bilhão. Como essa imensa torrente de recursos desembocava integralmente no mercado interno dos Estados Unidos, as exportações norte-americanas naquele ano bateram num teto sem precedentes, conduzindo o superávit comercial do país à cifra histórica de \$4,9 bilhões (ANDERSON, 1979, p. 62).

Como se pode observar, os países europeus dependiam do capital norte-americano para se reestruturarem economicamente, ao mesmo tempo que os EUA precisavam que tais países continuassem na posição de devedores para lhes emprestar dinheiro. Porém, mesmo após a reestruturação do continente europeu, os EUA ainda mantiveram a superprodução e o ideal *American way of life*, fatos que conduziram à Grande Depressão norte-americana, em 1929.

2.2 Cenário contábil após a crise de 29: transição de paradigmas

Conforme visto na subseção anterior, os principais fatores causadores da Crise de 1929 foram a expansão desenfreada da produção de mercadorias e o incentivo ao consumo em massa motivado pela concessão descomplicada de crédito. Além disso, a reconstrução do continente europeu retirou a dependência financeira em que os países estavam, fato que estagnou os empréstimos requisitados, como também gerou um excedente de produção nos EUA. Com isso, o ideal de vida norte-americano – *American way of life*, que era pautado

no incentivo ao consumo desmesurado de bens e serviços, transformou-se na Grande Depressão.

A grande expressão da Crise de 1929 aconteceu com a queda na bolsa de valores em Nova Iorque, nos dias 24 e 29 de outubro, os quais ficaram conhecidos como a quinta e a terça-feira negra, respectivamente. Estima-se que essa crise ocorreu em virtude do decaimento das ações em decorrência das “demonstrações mentirosas dos balanços e pelas ações fraudulentas, além do excesso de produção econômica pronto a escoar” (FRANCO, 1988). Nesse contexto, o *crash* da bolsa ocorreu em virtude do extravasamento do limite de ações, afetando todos os investidores e dando origem a uma crise sistêmica. A crise persistiu até a década de 1930, atingindo política e economicamente a situação de vários países, sobretudo aqueles que tinham o modelo capitalista como sistema econômico, tal como os Estados Unidos.

Nesse panorama, Ferreira *et al* (2019) explica que a solução viável para sair da crise referida foi a implementação do Plano *New Deal*, pelo presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Esse plano procurava promover o restabelecimento do mercado através do controle da produção e manutenção dos preços dos produtos. Nesse sentido, o governo estava autorizado a controlar a economia e interferir diretamente no mercado, além de determinar a criação de mecanismos de auxílio social, a exemplo da previdência social e do salário-desemprego. De acordo com Ferreira *et al* (2019), entre as medidas que o Estado conduziu para retomar o controle da economia, destacam-se:

[...] a ampliação das obras públicas, que visavam o aumento das vagas de emprego, a criação de empresas estatais, restabelecimento das indústrias, que passam a produzir para suprir as obras de estradas, canais, portos, escolas, moradias e canais de irrigação. Outras medidas tomadas pelo Governo Roosevelt foram a criação de leis para proteger os trabalhadores e desempregados. (FERREIRA *et. al*, 2019, p.4)

Tais ações determinaram uma transição de paradigmas econômicos, visto que, de uma economia liberalista, passou-se para um modelo intervencionista, no qual o Estado intervinha nas decisões econômicas com a finalidade de estabelecer os direitos coletivos e individuais. Nessa perspectiva, percebe-se que o plano de Roosevelt visava colocar em prática o modelo intervencionista de Estado, fundamentado em teorias do economista John Maynard Keynes. Assim, ao atuar no controle das flutuações do mercado, contendo a crise e incentivando o consumo consciente, o Plano *New Deal* ajudou a controlar a crise, embora

não tenha sido o único responsável pela sua extinção, conforme foi explanado na seção referente aos resultados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa pesquisa, realiza-se um levantamento bibliográfico (MARCONI; LAKATOS, 2003) a respeito da temática estudada – crise econômica de 1929 nos EUA, com o objetivo de conhecer as principais mudanças nas regulamentações financeiras após a crise referida. De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021, p.66), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador conhecer mais profundamente o seu objeto de estudo/análise, uma vez que, para realizá-la, ele terá de “ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos”. Os instrumentos utilizados nesta pesquisa são: livros, artigos científicos, monografias, teses, dissertações, anuários, revistas, páginas de web sites, entre outros tipos de fontes escritas e eletrônicas já publicadas. De acordo com Gil (2008), há diferentes vantagens no uso de documentos escritos como fonte de dados para a pesquisa, quais sejam: 1) conhecer o passado; 2) investigar os processos de mudança social e cultural; 3) obter dados com menor custo; e 4) obter dados de forma mais rápida.

Ao apresentar a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2003, p. 44) apontam oito etapas que a constituem: “escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação”. No presente trabalho, com base nos objetivos traçados, serão adotados apenas as etapas relacionadas à (1) escolha do tema; (2) pesquisa, identificação e seleção de trabalhos anteriores; e (3) a análise e interpretação desses estudos, de modo esse conhecimento seja sistematizado e auxilie na posterior análise dos dados. Tais etapas constituem o caminho metodológico traçado para a construção dos dados da presente pesquisa, qual seja: pesquisar em livros sobre as causas e impactos da guerra mundial para a economia, selecionar artigos que abordam as mudanças na regulamentação financeira após a crise de 1929, sistematizar esses dados e realizar uma análise histórica sobre o tema.

Em consonância com a pesquisa bibliográfica, adota-se uma abordagem qualitativa (GODOY, 1995), uma vez que não se pretende quantificar os eventos analisados, mas compreender um fenômeno, sob determinado parâmetro. De acordo com Godoy (1995, p.62), a abordagem qualitativa, “visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser

examinados”. Para obter uma visão ampla sobre um fenômeno ou tema específico, é necessário que seja realizada uma pesquisa de caráter descritivo, a fim de que sistematizar e disseminar os resultados alcançados.

Por isso, em articulação à abordagem qualitativa, desenvolve-se um estudo descritivo. As pesquisas deste tipo têm como objetivo principal a descrição de características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2008). De acordo com Godoy (1995, p.63), quando o estudo é de caráter descritivo, “o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade”. Desse modo, os pesquisadores aliados a este tipo de estudo estão preocupados em observar e descrever uma situação ou evento particular, com o objetivo mais amplo de compreender as informações que foram encontradas com dados anteriores ou posteriores.

4 ANÁLISE HISTÓRICA DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados alcançados com a análise dos dados, a fim de compreender as mudanças históricas ocorridas na contabilidade após a regulamentação financeira advinda da crise de 1929. Para melhor visualizar essa análise, optou-se por dividir esta seção em três subtópicos, quais sejam: 4.1) Mercado financeiro na década de 1920; 4.2) Regulamentação financeira e mecanismos de combate à crise; e 4.3) Mudanças históricas na contabilidade após a regulamentação financeira.

4.1 Mercado financeiro na década de 1920

Como visto na fundamentação teórica, a principal causa da queda da bolsa de Nova Iorque foi o grande processo de especulação que levou as pessoas a acreditarem que poderiam ganhar dinheiro facilmente através de investimentos (REIS, 2010). No entanto, nem todos tinham a capacidade de compreender e mensurar os prejuízos que os investimentos irrefletidos trariam para economia do país. Para dimensionar o panorama de investimentos, Reis (2010) calcula

Em 12 de março de 1928, o volume de ações negociadas atingiu 3.875.910, um recorde absoluto. Em 27 de março foram negociadas 4.790.270 ações. Depois, em 12 de junho, 5.052.790 ações mudaram de dono. Posteriormente uma nova onda de compra invadiu o mercado, foram negociadas 6.641.250 ações, muito acima do recorde anterior.

Durante o ano de 1928 foram negociadas 920.550.032 ações, muito acima do recorde anterior de 1927, de 576.990.875 ações. (REIS, 2010, p.22)

De acordo com Galbraith (1972), o número de empréstimos adquiridos a termo chegaram a um total de aproximadamente um bilhão e meio de dólares no início da década de 1920. No entanto, foram aumentando significativamente com o passar dos anos, de maneira que em 1926 esse número chegou a dois bilhões de dólares. Já em 1927 havia cerca de três bilhões e meio de dólares em empréstimos, ao passo que, no final de 1928, esse valor progredia progressivamente para o total de seis bilhões.

Nesse cenário, no qual era evidente a alta dos valores negociados na bolsa, a população foi influenciada a realizar investimentos por meio da compra de ações a termo. De modo geral, as operações a termo podem ser compreendidas como aquelas em que há a venda de um derivativo a partir da efetuação do pagamento em determinada data futura. Sendo assim, as ações compradas na bolsa de valores na década de 20 aconteciam da seguinte forma: o sujeito se compromete a fazer empréstimos com o banco, que lhe fornecia determinada quantia para que pudesse investir na bolsa de valores. Com os lucros resultantes desses investimentos, o devedor paga suas dívidas e ganha algum acréscimo em dinheiro.

Nesse sentido, a aplicação líquida era de 5% no início de 1928, ao passo que “os bancos de Nova York podiam tomar dinheiro emprestado do Banco de Reserva Federal a 5% e injetar no mercado sob chamada de 12%, e realmente o faziam, tornando essa operação a mais lucrativa de todos os tempos” (GALBRAITH, 1972, p.58-59). Diante disso, percebe-se que o estopim para o *crash* da bolsa foi a criação da chamada “força de alavanca” que, nas palavras de Galbraith (1972), acontece quando “um pequeno movimento perto do ponto de origem transforma-se num grande solavanco no extremo oposto.” (GALBRAITH, 1972, p.94-95).

Portanto, a “força de alavanca”, no que tange ao âmbito dos consórcios de investimento, constituía-se por meio da emissão de debêntures, ações preferenciais e ações ordinárias. Enquanto as ações ordinárias adquiridas aumentavam seu valor, o preço dos debêntures e das ações preferenciais não passava por alterações relevantes. Dessa maneira, eram emitidos debêntures, ações preferenciais e ações ordinárias, mas somente as ações ordinárias eram vendidas, de modo que essas ações sofriam acelerada valorização e seus compradores chegavam a lucrar cerca de 50% com sua venda. Ademais, se essas ações

fossem vendidas a outros consórcios, a força de alavanca chegava a atingir um lucro potencial de cerca de 700% ou 800%. (GALBRAITH, 1972).

Vale destacar que esses consórcios entre bancos não eram vedados ou controlados pelo Estado, tendo em vista que o governo adotava uma posição passiva em relação à economia do país, consequência do modelo liberalista que vigorava na época, no qual “o governo jamais deveria intervir nas atividades econômicas, pois o próprio mercado se encarregaria de encontrar a solução para o equilíbrio” (REIS, 2010, p.25). Nesse modelo, o Estado é impossibilitado de estabelecer controle ou qualquer tipo de intervenção, haja vista ser os comerciantes e industriais os responsáveis pela regulação econômica. Logo, os liberais não têm interesse na participação econômica estatal, a não ser que este atue no intuito de recuperá-la em tempos de crise ou como um catalisador para a socialização das perdas (MATTOS E SILVA, 2010).

Tal contexto econômico e financeiro ocasionou um congestionamento e posterior desabamento do mercado financeiro, gerando a falência de muitos empresários e investidores e o fechamento de nove mil bancos. Para Mazzucchelli (2008), as respostas iniciais à crise instalada, a exemplo do plano fiscal, foram insuficientes, tendo em vista que eram incompatíveis com a realidade atual. Desse modo, observa-se as contínuas quebras, contração da produção e o profundo desemprego. Em seu estudo sobre o tema, Mazzucchelli (2008) apresenta uma tabela com os principais indicadores econômicos no período que compreende entre 1929-1941, a qual é reproduzida abaixo:

Figura 1: Estados Unidos – Indicadores econômicos selecionados (1929-1941)

	PIB Real 1932=100	Produção Industrial 1932=100	Formação privada bruta de capital fixo (US\$ bilhões)	Consumo pessoal (US\$ bilhões)	PIB nominal (US\$ bilhões)
1929	139,2	185,1	15,0	77,5	103,7
1932	100,0	100,0	3,6	48,7	56,4
1933	98,0	116,4	3,2	45,9	66,0
1934	105,6	126,9	4,2	51,5	73,3
1935	114,1	152,2	5,5	55,9	83,7
1936	130,4	179,1	7,4	62,2	91,9
1937	136,8	191,1	9,6	66,8	86,1
1938	130,6	149,3	7,6	64,2	92,0
1939	140,9	189,6	9,1	67,2	101,3
1940	152,2	219,4	11,2	71,2	126,7
1941	179,0	291,0	13,8	81,0	161,8

Fonte: Mazzucchelli (2008, p.63)

Como se pode perceber na figura 1, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal nos Estados Unidos caiu de US\$ 103,7 bilhões em 1929 para US\$ 56,4 bilhões em 1932, recuperando-se para US\$ 101,3 bilhões apenas em 1939. Desse modo, compreende-se que a redução quase pela metade do PIB em 1929 foi ocasionada pela crise instalada no país, a qual prejudicou não só os investidores diretos, mas também toda a economia dos EUA, afetando toda a população norte-americana através do desemprego. Ainda na figura 1, é possível perceber a recuperação desses números após a adoção de medidas e mecanismos de regulamentação financeira e combate à crise, instaurados a partir de 1932, conforme será analisado no próximo subtópico.

4.2 Regulamentação financeira e mecanismos de combate à crise

Diante da crise econômica e financeira instalada no país, urgia a adoção de medidas de controle, por parte do governo, para uma gradual regulamentação do funcionamento do mercado. Nesse contexto, era necessário que o Estado interviesse na economia, de modo que o *modus operandi* da bolsa de valores fosse alterado e limitado. A eleição de Franklin Delano Roosevelt, pelo Partido Democrata, em 1932, foi uma tentativa de conter os efeitos da crise de 29. Ao discorrer sobre esse tema, Pinto (2021) elenca algumas das ações tomadas por Roosevelt para aplicação do Plano *New Deal*, entre as quais, destacam-se: 1) desvalorização do dólar para tornar as exportações mais competitivas; 2) empréstimos aos bancos para evitar falências no sistema financeiro; 3) criação do sistema de seguridade social, com destaque para o seguro desemprego e a Lei de Seguridade de 1935; 4) direito de organização sindical; 5) estímulo à produção agrícola; e 6) construção de uma grande quantidade de obras públicas, com destaque às hidrelétricas e rodovias.

Além dessas medidas, Lopes (2005) explana que no Governo Roosevelt também foram aprovadas leis que regulamentavam os dispositivos contra atividades fraudulentas. Em 1933, foi aprovada a Lei *Glass Steagall* (GSA), a qual se fundamentou em dois objetivos: 1) estabelecer uma rígida regulação prudencial; e 2) formação de uma rede de segurança, a fim de assegurar os depósitos efetuados nas instituições bancárias (MENDONÇA, GALVÃO; LOURES, 2011).

Desse modo, a criação de aparatos legais de cunho fiscalizador e sancionador é proveniente da preocupação do congresso norte-americano com a transmissão completa das informações relativas à movimentação do mercado financeiro, visto que a investigação feita pelo Senado “concluiu que a evidenciação completa da informação financeira

preveniria a representação incorreta do patrimônio” (LOPES, 2005, p.37). Sendo assim, o congresso norte-americano criou, em 1934, o Comitê de Segurança (SEC - *Security and Exchange Commission*), órgão regulador independente do governo, cujo objetivo era a supervisão da obediência e cumprimento das leis societárias advindas do *New Deal*. Sobre esse órgão, Barreira (2010) ressalta que

[...] a SEC não assume nenhuma coobrigação com as operações assumidas pelos investidores. Também não se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas, garantindo apenas que a empresa emissora disponibilize todas as informações exigidas por lei. (BARREIRA, 2010, p.21)

Diante do exposto, percebe-se que o órgão assumia como responsabilidade exclusiva a supervisão do cumprimento da lei, ficando à cargo das empresas a disponibilização, transparência e veracidade das informações. No entanto, conforme Lopes (2005, p.37), a SEC possuía “amplos poderes para estabelecer a forma e o conteúdo da evidenciação das informações, incluindo as demonstrações financeiras”. Diante disso, o governo adquiriu maior liberdade para monitorar a economia e interferir, caso fosse necessário. Nesse cenário, entende-se que a criação de órgãos reguladores e de aparatos normativos propicia uma maior segurança quanto à legitimidade dos investimentos, bem como uma garantia de suporte aos que viessem a ser prejudicados em decorrência de uma nova crise financeira.

Ainda na busca de conter o caos econômico e fortalecer o mercado nacional, Roosevelt cria outros órgãos governamentais, quais sejam: o NRA (*National Recovery and Administration*), uma agência de recuperação industrial, que tinha como finalidade a regulação da produção e distribuição dentro do mercado; e a NASD (*National Association of Securities Dealers*), que tinha como objetivo determinar regras de condutas para seus membros (BARREIRA, 2010). Além desses, Mendonça, Galvão e Loures (2011) referenciam outros órgãos criados com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro nos EUA:

“(i) o *Federal Reserve Service*, a quem coube a função de prestador de última instância; (ii) o *Office of Controller of Currency* como o controlador do meio circulante; e (iii) o *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC) na função de garantidor dos depósitos à vista nos bancos comerciais” (MENDONÇA, GALVÃO & LOURES, 2011, p.26).

Nessa perspectiva, os resultados provenientes das medidas governamentais e dos órgãos regulamentadores demonstraram o começo de uma nova expansão econômica, embora ainda lenta. Desse modo, percebe-se que as mudanças ocorridas no período entre 1933 e 1938 obtiveram efeito imediato nas demonstrações financeiras da época, uma vez que, ao invés de se destinar a administradores e credores, como era até então, passaram aos acionistas e investidores (LOPES, 2005). Ou seja, “a preocupação fica restrita à transparência e confiabilidade das informações circuladas entre os agentes do mercado” (BARREIRA, 2010, p.27), a partir da fiscalização, por parte de auditores especializados, do uso indevido de informações e métodos contábeis.

4.3 Mudanças históricas na contabilidade após a regulamentação financeira

No que tange às mudanças históricas na contabilidade durante e após a crise de 1929, é preciso levar em consideração que a Teoria Contábil não estava completamente estabilizada nesse período por uma série de razões, quais sejam: 1) não existiam métodos fixos para realizar o cálculo da depreciação; 2) as empresas e conglomerados financeiros tinham critérios próprios para desenvolver suas demonstrações financeiras; 3) não era feita a particularização e a diferenciação entre lucros e perdas; 4) as empresas não publicavam suas receitas; 5) os investidores não tinham informações claras sobre a saúde financeira das empresas; e 6) era comum que se divulgasse um lucro menor do que o realmente obtido (LOPES, 2005). Além disso, destaca-se também a pouca literatura contábil na época, visto que apenas o *Journal of Accountancy* publicava seções ou volumes que abordavam questões e teorias da contabilidade.

Diante disso, percebe-se a ausência de uniformidade nas práticas contábeis, bem como a pouca informação sobre a contabilidade enquanto ciência, fatores que impulsionaram os contadores da época a agir em busca de uma solução para conter a crise já instalada. Nesse contexto, o interesse em estudar a contabilidade durante e após à crise cresceu em virtude da necessidade de conhecer melhor o funcionamento do mercado financeiro, o qual passou a ser regido por mecanismos legais regulamentares e normas padronizadas. Com isso, Silva (2019) nota que

Houve uma tendência para a contabilidade como informação, devido à política de regulação dos órgãos, atrelada ao mercado de capitais, pois a Bolsa era o principal meio de negociação e crescimento das empresas americanas. O mercado de capitais, como usa constantemente a

informação contábil, passou a ser o campo mais observado de entendimento da “informação contábil” (SILVA, 2019, p.9)

Diante disso, pode-se notar que o foco dado à Bolsa de Valores gerou a imprescindibilidade do estudo das questões teóricas e conceituais da contabilidade. Em virtude disso, a prática contábil, assim como seu respectivo estudo científico foram popularizados entre os cidadãos comuns, de modo que a única alternativa viável seria a normatização do conhecimento contábil. Em 1932, o Instituto de Contadores (AIA) criou um comitê dirigido por George O. May, que visava “estudar propostas para a uniformização dos procedimentos contábeis que registrassem situações e transações similares” (LOPES, 2005, p.35) em conjunto com as bolsas de valores.

Ao criar esse comitê, a intenção de May era que as corporações atuassem com liberdade para escolher seus próprios métodos contábeis dentro de um determinado limite. Embora obtivessem liberdade nessa escolha, era obrigatório que todas as empresas enviassem uma declaração com os métodos utilizados em suas demonstrações financeiras, para que estas informações fossem distribuídas em cópias para a bolsa de valores, tornando-se disponíveis para consulta, desde que solicitado (LOPES, 2005). Assim, após a devida distribuição e vinculação dos sócios à metodologia aplicada, um auditor de contas redigiria um parecer no qual seria exposto se as demonstrações estavam (ou não) de acordo com os padrões contábeis estabelecidos previamente. Portanto, a função do auditor era analisar se a empresa havia fornecido dados verdadeiros em relação ao seu patrimônio, ou seja, que fossem justos e adequados (*true and fair view*) (LOPES, 2005).

Em 1933, em busca de uniformizar o procedimento contábil relatado no parágrafo anterior, o AIA elaborou cinco princípios a serem observados pelas companhias, os quais regeriam as negociações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, quais sejam:

Quadro 1: Os cinco princípios de May

1 - O lucro não deve ser reconhecido antes da ocorrência de uma venda.
2 - Todas as despesas devem ser lançadas na demonstração de resultados, e não em lucros retidos.
3 - Os lucros retidos de uma empresa adquirida, obtidos antes da aquisição, não podem ser acrescentados aos lucros retidos do comprador.
4 - Dividendos pagos a ações em tesouraria não representam rendimento para a empresa, embora as ações em tesouraria possam ser tratadas como ativos.

5 - Empréstimos a indivíduos ou entidades associadas à empresa devem ser segregados dos demais empréstimos.

Fonte: Adaptado de Lopes, 2005.

De modo geral, o objetivo desses princípios elencados era de que as empresas elaborassem continuamente declarações sobre as demonstrações financeiras utilizadas, de modo que se estabelecesse um padrão entre as empresas, bem como um controle e conhecimento maior do governo sobre esses métodos contábeis. Nesse sentido, os princípios receberam a aprovação pela Bolsa de Nova Iorque no ano de 1933, de modo que passaram a obrigar todas as empresas com vistas a estabelecer negócios a segui-los, bem como tinham sua participação condicionada a apresentação de demonstração contábil atualizada juntamente em conjunto com o parecer positivo de um auditor fiscal.

Nesse modelo desenvolvido, os principais aspectos que os auditores deveriam observar eram: a) se a relação das demonstrações contábeis estava em conformidade com a posição financeira da empresa; b) se o resultado final das operações estava de acordo com os métodos escolhidos pela companhia; e c) se os referidos métodos se adequavam aos padrões contábeis elencados por George May. Fundamentados nesses parâmetros, o Comitê Contábil publicou aproximadamente 50 boletins de pesquisa contábil e 4 trabalhos sobre a terminologia contábil, entre os períodos de 1936 e 1959. Conforme Silva (2019), essas atividades ocorreram sob a liderança de George May até 1953.

Além de o Comitê instituir a obrigatoriedade na apresentação das demonstrações financeiras em cada empresa, em 1938, o órgão SEC delegou a competência para elaboração e fixação de normas de contabilidade, que perdura até os dias atuais através da organização *Financial Accounting Standards Board* (FASB). O FASB tinha como objetivo produzir conceitos de contabilidade a partir de uma proposta de modernização dos boletins publicados anteriormente. Nesses novos documentos emitidos pelo FASB “existe a indicação de características da informação contábil” (SILVA, 2019, p.12), as quais se tornam estáveis no cenário contábil americano.

Simultaneamente a essas normatizações, que refletem o empenho americano em regulamentar as práticas contábeis, a Organização das Nações Unidas (ONU) também buscava elevar uma discussão sobre as normatizações de empresas. De acordo com Silva (2019, p. 12), “a comissão de informação que a ONU utilizava para entender e promover regulações sobre as normas contábeis, também com relevância internacional, é hoje conhecida como ‘International Standards Accounting Report’ (ISAR)”. A ISAR, traduzida

como Relatório Internacional de Normas de Contabilidade, constituía um tema importante de debate relacionado ao funcionamento financeiro de empresas. Vale ressaltar que, diante da crise de 1929, o estudo dessas “células econômicas” (SILVA, 2019) passou a ser reconhecido como um direito social.

Entretanto, embora os princípios e parâmetros normativos fossem claros, apenas a partir da década de 1960 foi elaborado um sistema de princípios e convenções, os quais eram regularmente emitidos pela Associação dos Contadores Americanos (*AAA-American Accounting Association*) e pelo Instituto de Contadores Norte-americanos (*AIA-Accounting Institute American*). Esses órgãos regulamentavam o sistema financeiro e econômico norte-americano, permitindo a intervenção direta do Estado. Com isso, percebe-se que a estratégia de regulação dos sistemas financeiros nos EUA foi “baseada na segmentação dos mercados com objetivo de interromper os canais de contágio e bloquear a propagação de crises” (MENDONÇA; GALVÃO; LOURES, 2011, p.26).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, objetivou-se analisar as mudanças históricas no cenário contábil após a regulamentação financeira após a crise de 1929. Para isso, foram abordados os impactos da Primeira Guerra Mundial no mundo, a atuação dos EUA no restabelecimento dos países destruídos pela guerra, bem como o funcionamento e gestão financeira norte-americana na época. Tais fatores históricos subsidiaram a análise apresentada na seção anterior sobre as principais mudanças regulamentares no mercado financeiro após a crise de 1929.

A partir da análise empreendida, foi possível perceber que, entre 1920 e 1928, o número de empréstimos aumentaram de um bilhão e meio de dólares para seis bilhões. O aumento de empréstimos e subseqüente investimentos no mercado financeiro, sem a devida informação para os investidores e análise da situação financeira de cada ano, foram o estopim para a quebra na bolsa de valores, a qual associada a outros fatores, como superprodução sem demanda e o estilo de vida consumista, estabeleceu um período “negro” nos EUA conhecido como a Grande Crise de 1929. Conforme visto anteriormente, tal crise deixou milhares de pessoas na falência e desempregadas, além de ocasionar o fechamento de mais de nove mil bancos.

Tal cenário econômico demonstrou a urgência de que medidas governamentais fossem adotadas em combate à crise. Sendo assim, foi possível observar uma mudança de

paradigmas, uma vez que, anteriormente à crise, o país optava pelo modelo liberalista de gerir a economia norte-americana, o qual proibia o Estado de intervir diretamente no *modus operandi* do mercado financeiro. Porém, em vista da necessidade de auxílio e normatização, foi realizada a eleição de Franklin Delano Roosevelt. Roosevelt elaborou o Plano *New Deal*, que, por sua vez, elenca uma série de ações para conter os efeitos da crise, como desvalorização do dólar, empréstimos aos bancos para evitar falências no sistema financeiro e criação do sistema de seguridade social.

Além dessas medidas governamentais, os contadores da época agiam também em busca de combater a crise, uma vez que não havia uniformidade nas práticas contábeis, tampouco transparência nas informações sobre a contabilidade. Com isso, foi criado um comitê dirigido por May, que estabelecia princípios e regras para a uniformização dos procedimentos contábeis. Em virtude disso, as empresas foram obrigadas a emitir declarações sobre as demonstrações financeiras utilizadas, a fim de que o governo obtivesse um maior controle sobre os métodos contábeis. Além disso, a fim de uma fixação das normas de contabilidade, foi criado o FASB, em 1938, o qual ainda funciona atualmente. Porém, apenas na década de 1960 surgiu um sistema claro e sistemático de princípios e convenções de contabilidade, regularmente emitidos pela AAA e AIA.

Diante desses resultados, percebe-se que foi necessário não só a intervenção direta do Estado, mas também a participação da sociedade de contadores da época para conter a crise financeira de 29. Desse modo, entende-se que a estratégia de regulação dos sistemas financeiros nos EUA foi baseada no bloqueio do consumismo e na adoção de medidas sociais e protecionistas, bem como no estímulo à informação e estabelecimento de normas e regras contábeis direcionadas a todas as empresas. Tais estratégias revelam a importância da Contabilidade em um dos principais cenários de crise financeira já vistos, uma vez que as medidas e ações tomadas perpetuaram no mundo, fazendo com que os países adotassem um sistema financeiro seguro e fixo, de modo a evitar possíveis crises futuras.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Economics and the public welfare**: a financial and economic history of the United States, 1914-1946. Indianapolis, Liberty, 1979.

ARARIPE, L. de A. Primeira Guerra Mundial. *In*: MAGNOLI, D. **Histórias das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARREIRA, B. M. C. **A crise financeira nos Estados Unidos: uma análise histórica dos avanços legais e a nova reforma financeira do século XXI.** Rio de Janeiro, 2010. Monografia (Ciências Econômicas) Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERREIRA, G. A.; *et. al.* Crise Econômica: A Influência na Contabilidade. **Diálogos em Contabilidade: teoria e prática**, v. 7, n. 1, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifacef.com.br/index.php/dialogoscont/article/view/1984>. Acesso em: 19 set. 2021.

FRANCO, H. **A evolução dos Princípios Contábeis no Brasil.** 13º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Cuiabá: CFC, 1988.

GALBRAITH, J. K. **O colapso da bolsa 1929.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

GAZIER, B. **A crise de 1929.** Porto Alegre: L&PM, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008 [1987].

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

LOPES, H. de A. Os escândalos financeiros e os mecanismos de controle. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 153, p. 33 – 49, 2005. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/541>. Acesso em: 25 set. 2021.

MACEDO, M. Causas da Primeira Guerra Mundial. **Educa+Brasil**, 11 out. 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/causas-da-primeira-guerra-mundial>. Acesso em: 25 set. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MATTOS E SILVA, B. A desregulamentação dos mercados financeiros e a crise global: lições e perspectivas. **Senatus**, Brasília, v.8, nº2, p.14 – 28, out. 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191800/desregulamentacaodosmercados.pdf?sequence=5>. Acesso em: 26 set. 2021.

MAZZUCHELLI, F. A crise atual em uma perspectiva histórica: 1929 e 2008. Dossiê Crise Econômica. **Novos estudos CEBRAP**, n. 82, p.57-66, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300003>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MENDONÇA, H. F. de; GALVÃO, D. J. C.; LOURES, R. F. V. Regulação e transparência: evidências a partir da crise do subprime. **Economia Aplicada**, Rio de Janeiro. V. 15, nº 1, p.23 – 44. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/Dcy4yLTL5FKfP6q6GLyn6y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.

PINTO, T. O New Deal. **História do mundo**, 25 set. 2021 Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/o-new-deal.htm>. Acesso em: 26 set. 2021

REIS, F. P. **Ciclos econômicos**: uma análise comparativa entre a crise de 1929 e a recente crise financeira internacional. Monografia (Ciências Econômicas) – Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t38.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

SANT'ANNA, I. **1929**: Quebra na bolsa de Nova York: a história real dos que viveram um dos eventos mais impactantes do século. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SENA, A. Consequência da Primeira Guerra Mundial. **Educa+Brasil**, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/consequencias-da-primeira-guerra-mundial>. Acesso em: 22 set. 2021.

SILVA, R. A. C. da. A história da normatização contábil americana com ênfase mundial. **Revista Activos**, Colômbia, v. 17, n. 2, p. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.usantotomas.edu.co/index.php/activos/article/view/5732/5606>. Acesso em: 24 set. 2021.

SOUSA, R. G. Os resultados da Primeira Guerra. **Mundo Educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/os-resultados-primeira-guerra-mundial.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUSA, A. S. de.; OLIVEIRA, G. S. de.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n.43, p.64-83, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acesso em: 17 out. 2021.

VASCONCELOS, A. V. A economia na Guerra Total. **A Defesa Nacional**, v. 29, n. 337, 1942. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/3785/3134>. Acesso em: 22 set. 2021.